



**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO**

**Parecer nº 109/2024**

**Referência:** Processo nº 1066/2024

**Assunto:** Projeto de Decreto Legislativo nº 089, de 19 de agosto de 2024

**Autor (a):** Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres

**Assinado por:** Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres

**I - RELATÓRIO:**

O Projeto de Decreto Legislativo nº 089, de 19 de agosto de 2024, que  
*“Dispõe sobre a concessão de licença à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, para tratar de assuntos particulares e dá outras providências.”.*

*Este é o Relatório.*

**II – DO VOTO DO RELATOR:**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres, representado pelos Excelentíssimos Vereadores Luiz Landim (Presidente), Pastor Júnior (Vice-Presidente), Marcos Ribeiro (1º Secretário), Manga Rosa (3º Secretário), Lacerda do Aki (2º Secretário), que *“Dispõe sobre a concessão de licença à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, para tratar de assuntos particulares a partir do dia 19/08/2024, por 30 dias, e dá outras providências.”*



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

O projeto de Decreto Legislativo, prevê que:

*“DO EXECUTIVO MUNICIPAL: Protocolo 1.019/2024. Temos a satisfação de dirigir-nos a essa Colenda Câmara a fim de solicitar aos nobres vereadores licença para esta Chefe do Executivo Municipal afastar-se do cargo por motivos particulares, sem ônus, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar do dia 19 de agosto de 2024, em conformidade com a Seção II, Artigo 69, III, da Lei Orgânica Municipal.”*

Segundo dispõe o artigo 2º,

*“Art. 25. É de competência privativa da Câmara Municipal:  
(...)*

*IV - dar posse ao Prefeito e Vice Prefeito quando eleitos e conhecer de sua renúncia, **e apreciar seus pedidos de licença;**” (gf)*

O pedido de licença foi apreciado na reunião de pauta da última sexta-feira (16/08/2024), sendo deferido por todos os Membros participantes.

Assim, cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Decreto Legislativo nº 089, de 19 de agosto de 2024.

**IV – DA DECISÃO DA COMISSÃO:**

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação, acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Decreto Legislativo nº 089, de 19 de agosto de 2024.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2024.

**CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA**  
PRESIDENTE EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL

  
**VALDENIRIA DUTRA FERREIRA**

RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL

  
**FRANCO VALÉRIO CEBALHO DA CUNHA**

MEMBRO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL